

**INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT**

REGIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

(Aprovado na reunião da CPG de 27/10/2014 e
na 12674ª reunião da Diretoria Executiva de 17/12/2014)

CAPÍTULO I - Dos Objetivos

- 1.1 A Pós-graduação *Stricto Sensu* deve ser entendida como um sistema de formação intelectual e, ao mesmo tempo, de produção de conhecimento e inovação em cada área do saber.
- 1.2 A Pós-graduação *Stricto Sensu* do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT compreende programas de Mestrado Profissional (MP).
 - 1.2.1 Um Programa de Mestrado Profissional (MP) constitui-se num conjunto de atividades articuladas e conectadas para uma área de conhecimento, que propicia ao participante o aprimoramento teórico e prático em grau superior àquele obtido em curso de graduação.
 - 1.2.2 Dependendo das especificidades e diversidades das linhas de pesquisa associadas ao Programa, estas podem ser agrupadas em áreas de concentração.
- 1.3 Os Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* do IPT têm por objetivos gerais:
 - 1.3.1 Formar profissionais com capacitação para o desenvolvimento e aplicação de metodologias, técnicas, produtos e processos, tendo em vista as mudanças tecnológicas e as transformações econômico-sociais necessárias ao desenvolvimento do país em todos os setores.
 - 1.3.2 Qualificar profissionais e docentes para o ensino superior em diversas áreas tecnológicas, visando à geração e a difusão de conhecimentos vinculados aos complexos científico-tecnológicos, sempre enfatizando a sua interação com a realidade econômica e social brasileira.
- 1.4 Este regimento fixa as normas de funcionamento, as atribuições, as responsabilidades e os direitos no âmbito dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* credenciados e geridos pelo IPT.
- 1.5 O IPT pode promover, por meio de convênios específicos, cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* em conjunto com universidades nacionais e estrangeiras, visando à formação de mestres e doutores e à cooperação entre equipes de pesquisa das instituições envolvidas.

CAPÍTULO II - Da Organização Geral

- 2.1 Para administrar as atividades decorrentes dos Programas de Pós-graduação, o IPT conta com:

- a) Coordenadoria de Ensino Tecnológico-CET.
- b) Secretaria Acadêmica da CET.
- c) Comissão de Pós-graduação – CPG.
- d) Coordenadores de Programa e Áreas de Concentração.
- e) Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT.

2.1.1 A CET é o órgão de gestão dos Programas de Pós-graduação, englobando todas as atividades de ensino com certificação do IPT.

2.1.1.1 Compete ao Coordenador da CET

- I. Ser Pró-Reitor de Pós-graduação do IPT;
- II. Ser membro nato da CPG e seu Presidente;
- III. Elaborar o orçamento anual para o Programa, dentro do orçamento institucional, e solicitar a liberação de recursos para a aquisição de materiais e investimentos necessários ao bom funcionamento do curso sob sua gestão;
- IV. Articular com as Áreas Técnicas do IPT a criação de novos de Programas de Pós-graduação;
- V. Articular-se com a área de Marketing do IPT e tomar as medidas necessárias para a divulgação do Programa;
- VI. Avaliar e acompanhar o desempenho dos coordenadores dos programas e docentes;
- VII. Estabelecer convênios com instituições públicas e privadas.
- VIII. Assinar certificados, históricos escolares e diplomas;
- IX. Gerenciar das atividades administrativas da CET.

2.1.2 A Secretaria Acadêmica está subordinada ao Coordenador da CET, sendo o órgão responsável pelo(a):

- I. Registro e guarda da documentação legal e formal;
- II. Emissão de certificados, históricos escolares e diplomas;
- III. Matrícula de alunos;
- IV. Processamento de todos os requerimentos de alunos matriculados e informar ao Coordenador do Programa sobre os mesmos;
- V. Montagem e envio dos relatórios anuais do sistema Coleta-CAPES;
- VI. Coordenação do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação,
- VII. Organização do calendário acadêmico para cada ano letivo, fixando as épocas e prazos de matrícula, e;
- VIII. Coordenar as atividades administrativas da CET.

2.1.3 A Comissão de Pós-Graduação – CPG é o órgão responsável pela coordenação acadêmica dos Programas *Pós-graduação* ofertadas pela CET. Cabe a CPG promover atividades de Pós-graduação, estabelecendo as normas que julgar necessárias para esse efeito, traçando as diretrizes que norteiam a ação do IPT na Pós-graduação, obedecendo as normas gerais fixadas pelo Estatuto, zelando, por meio de acompanhamento e avaliações periódicas, pela qualidade do trabalho e pela adequação dos meios às finalidades de cada Programa. Especificamente compete:

- I. Elaborar o Estatuto e o Regimento de Pós-graduação;

- II. Analisar e aprovar proposta referente aos critérios específicos dos Programas para credenciamento e credenciamento de orientadores;
- III. Traçar diretrizes para os Programas de Pós-graduação;
- IV. Deliberar sobre a criação de novos Programas de Pós-graduação;
- V. Deliberar sobre a estrutura curricular relacionada às solicitações de criação e reestruturação de Programas de Pós-Graduação;
- VI. Deliberar sobre solicitações de reestruturação dos Programas de Pós-Graduação;
- VII. Deliberar sobre o credenciamento e descredenciamento de docentes, orientadores e coorientadores;
- VIII. Deliberar sobre o credenciamento das disciplinas e dos responsáveis pelas mesmas, apresentados pelo Coordenador da CET;
- IX. Deliberar sobre a incorporação ou a equivalência de créditos obtidos em outras instituições;
- X. Aprovar o calendário acadêmico;
- XI. Deliberar sobre as bancas examinadoras de qualificação e de defesa;
- XII. Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo não cobertos pelo Regimento da Pós-graduação;
- XIII. Deliberar sobre os casos omissos e excepcionais.

2.1.3.1 A estrutura da CPG está determinada no Estatuto da CET.

2.1.4 O Coordenador do Programa Pós-graduação deverá ser professor com titulação de doutor.

2.1.4.1 Compete ao Coordenador do Programa:

- I. Elaborar o calendário de oferecimento das disciplinas, coordenar e acompanhar o andamento pedagógico das atividades do curso;
- II. Monitorar o andamento das disciplinas, dos conceitos e da frequência dos alunos nas diversas disciplinas do curso, bem como de defesa e entrega final das dissertações defendidas;
- III. Supervisionar e fazer cumprir, pelos corpos docente e discente, todos os prazos regulares para entrega de notas, trabalhos de discentes e trabalho final do curso.
- IV. Deliberar sobre o número de vagas oferecido em cada processo seletivo;
- V. Deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula, pedidos de cancelamento de disciplina, cancelamento do curso e desligamento de alunos;
- VI. Deliberar sobre as solicitações de prorrogação de prazo que serão submetidas à CPG;
- VII. Deliberar sobre as solicitações de transferência de Programa e/ou área de concentração;
- VIII. Deliberar sobre mudança de orientador;
- IX. Deliberar sobre a matrícula de alunos especiais;
- X. Deliberar sobre as solicitações de apoio a participação de eventos

2.1.5 A Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT é a gestora administrativa e financeira, cabendo-lhe emitir boletos de cobrança, recibos e adotar todas as providências de caráter administrativo e financeiro em nome do IPT.

2.2 A proposta de um novo Programa de Pós-graduação deve ser encaminhada à CET para avaliação e para posterior aprovação pela CPG e pela Diretoria do IPT.

2.2.1 Para cada um dos Programas de Pós-graduação serão designados pela CPG um Coordenador de Programa, e quando necessário Coordenadores de Área, que responderão pelas atividades acadêmicas do seu Programa.

2.2.2 Cada Coordenador de Pós-graduação e Coordenador de Área indicados pela CPG, deverão ter seus nomes aprovados pela Diretoria do IPT.

CAPÍTULO III - Do Ingresso

3.1 O acesso à Pós-graduação deve ser feito por meio de processo seletivo amplamente divulgado, assegurando-se o ingresso de candidatos com maior potencial.

3.2 Os Programas de Pós-graduação estão abertos somente a candidatos graduados em nível superior, com diploma oficialmente reconhecido no país, bem como diplomados por instituições estrangeiras, cujos diplomas tenham sido reconhecidos pelos órgãos nacionais competentes.

3.3 Todos os candidatos aos Programas de Pós-graduação serão submetidos a processo de seleção, para avaliação do nível de conhecimento, da proficiência em língua estrangeira e do potencial para concluir o Programa.

3.3.1 A seleção será realizada pela Comissão de Seleção de Candidatos que poderá utilizar várias formas de avaliação: Provas, Avaliação de Currículo e Entrevista.

3.3.2 A Comissão de Seleção de Candidatos, composta por pelo menos dois membros, é indicada por cada Coordenador de Programa de Pós-graduação e aprovada pelo Coordenador da CET.

3.4 Para inscrever-se no processo de seleção do Programa, o candidato deverá satisfazer todos os requisitos exigidos para ingresso até a data de encerramento das inscrições.

3.5 Os alunos especiais têm direito a cursar disciplinas isoladas, podendo estar vinculados a um dos Programas.

3.5.1 O aluno especial poderá tornar-se aluno regular desde que tenha sido aprovado em processo de seleção do Programa desejado.

3.5.2 Poderão ser aproveitados os créditos em disciplina do Programa desde que esta tenha sido cursada em data não anterior a 3 (três) anos.

3.5.3 Alunos especiais obedecem aos mesmos critérios de presença e desempenho acadêmico, exigíveis para os alunos regulares das disciplinas nas quais os alunos especiais estejam matriculados.

3.5.4 Durante o período em que o aluno permanecer matriculado como aluno especial, somente poderá cursar disciplinas e participar de atividades complementares do Programa, sem direito à orientação formal de um professor.

CAPÍTULO IV - Da Matrícula

4.1 O candidato selecionado pela Comissão de Seleção de Candidatos será admitido como aluno regular do Programa depois da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

4.2 A matrícula do candidato aprovado em processo seletivo será efetivada mediante encaminhamento à Secretaria Acadêmica, no prazo estabelecido no calendário escolar, do requerimento de matrícula devidamente preenchido e da seguinte documentação:

- I. 01 Cópia Autenticada do Diploma de Graduação;
- II. 01 Cópia Autenticada da Cédula de Identidade;
- III. 01 Cópia Autenticada da Certidão de Nascimento / Casamento;
- IV. 01 Cópia Simples do Histórico Escolar da Graduação;
- V. 01 Cópia Simples do Comprovante de Residência;
- VI. 01 Cópia Simples do CPF.

4.2.1 A matrícula poderá ser efetuada por outra pessoa, desde que tenha uma procuração do interessado autorizando-a, expressamente, a isso.

4.3 - O aluno regular do Programa deverá efetuar a matrícula em cada período letivo, nas épocas e prazos estabelecidos pela Secretaria Acadêmica até a obtenção do título.

4.3.1 Para a matrícula em período letivo sucessivo ao primeiro, é necessário apresentar apenas o requerimento de matrícula.

4.4 Os alunos especiais apresentarão, para a matrícula na primeira disciplina, os documentos relacionados no item 4.2.

4.4.1 Para outras disciplinas sucessivas, apresentar apenas o requerimento de matrícula.

CAPÍTULO V – Da Transferência de Programa e Área de Concentração

5.1 O aluno regular de um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* que desejar transferir-se para outro Programa poderá fazê-lo, desde que tenha sido aprovado pelos Coordenadores dos Programas.

5.1.1 A critério do Orientador e do Coordenador, poderão ser aproveitados créditos de disciplinas já cursadas no Programa anterior, desde que não ultrapasse 1/3 (um terço) dos créditos de disciplinas exigidos pelo novo Programa e tenham sido obtidos em data não anterior a 3 (três) anos da transferência.

5.2 O Coordenador deve deliberar sobre solicitações de transferência de Programa ou área de concentração de alunos regularmente matriculados.

5.3 Será permitida a transferência de Área de Concentração uma única vez.

5.3.1 A solicitação deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- I. Justificativa do aluno;
- II. Concordância e manifestação do novo e do atual orientador, caso o aluno já o tenha;
- III. Aceitação pelo Coordenador da nova Área;
- IV. Aprovação pelos Coordenadores dos Programas.

5.3.2 Em caso de transferência de Área de Concentração, os créditos obtidos na primeira Área poderão ser aproveitados a critério do Orientador e do Coordenador do Programa.

5.4 Para início da contagem do prazo máximo, será considerada a data de ingresso do interessado no primeiro Programa.

5.5 Aprovada a transferência, submeter-se-á o aluno aos prazos e às normas do novo Programa.

CAPÍTULO VI - Das Atividades Curriculares e da Orientação da Dissertação

6.1 As atividades curriculares dos Programas Pós-graduação compreendem: disciplinas obrigatórias e optativas, atividades extraclasse, Exame de Qualificação e Defesa da Dissertação.

6.2 As disciplinas constantes da grade curricular têm por objetivo subsidiar o aluno quanto aos conceitos, teorias, métodos e técnicas peculiares a uma área específica de conhecimento.

6.3 As atividades extraclasse compreendem: participação em seminários, palestras, visitas técnicas, execução de experimentos e práticas laboratoriais, estudos orientados e pesquisas. Elas visam à vivência prática, à troca de ideais e de experiências e à atualização de conhecimentos.

6.4 Cada aluno regular terá um Orientador designado entre os docentes do Programa de MP credenciados pela CPG, preferencialmente do seu quadro de docentes permanentes. A indicação será formalizada por meio de requerimento do aluno, com a concordância do Orientador e do Coordenador do Programa.

6.4.1 Ao Orientador compete:

- a) Orientar o aluno na escolha de um tema adequado para sua Dissertação, em uma das linhas de pesquisa do Programa;
- b) Orientar as atividades do aluno até a conclusão do trabalho de Dissertação;
- c) Emitir relatórios periódicos sobre andamento dos trabalhos do aluno à coordenação do programa de Pós-graduação;

- d) Acompanhar, permanentemente, o trabalho que o aluno for realizando e o progresso em seus estudos;
- e) Presidir as sessões públicas de qualificação e de defesa da dissertação.

6.4.2 A titulação, a experiência profissional e a produção científica, artística e tecnológica, devidamente registradas e atualizadas no Curriculum Lattes, constituem critérios indispensáveis para o credenciamento como Orientador.

6.4.2.1 O Orientador deverá ter a titulação mínima de Doutor, devidamente comprovada, através de cópia do seu diploma, a ser entregue na Secretaria Acadêmica.

6.4.2.2 O credenciamento de orientador de cada Programa será válido pelo prazo mínimo de três anos e máximo de cinco anos, podendo ser renovado.

§ 1º - No pedido de credenciamento, o postulante deverá apresentar projeto de pesquisa a ser desenvolvido no âmbito do Programa;

§ 2º - Será considerado recredenciamento a solicitação de credenciamento do orientador encaminhada à CPG em período não superior a dois anos contados a partir da data de vencimento do último credenciamento.

§ 3º - O orientador que não tiver seu recredenciamento aprovado poderá concluir as orientações em andamento.

§ 4º - O credenciamento poderá ser específico para um determinado aluno.

6.4.2.3 As normas de credenciamento e recredenciamento de orientadores devem contemplar objetivamente os seguintes critérios mínimos:

I. Excelência de sua produção científica, artística e/ou tecnológica, aferida por meio de pontuação mínima de pontos;

II. Coordenação e/ou participação do docente em projetos de pesquisa financiados, se pertinente.

6.4.2.4 A pontuação mínima exigida para credenciamento e recredenciamento de orientadores no Programa de Pós-graduação é de 2,0 pontos nos 36 meses anteriores a solicitação, conforme lista de itens pontuáveis:

- I. Artigo em Revista Qualis A1: 1,50 ponto;
- II. Artigo em Revista Qualis A2: 1,25 ponto;
- III. Artigo em Revista Qualis B1: 1,00 ponto;
- IV. Artigo em Revista Qualis B2: 0,75 ponto;
- V. Artigo em Revista Qualis B3: 0,50 ponto;
- VI. Artigo em Revista Qualis B4: 0,25 ponto;
- VII. Livro: 0,75 ponto;
- VIII. Capítulo de Livro: 0,50 ponto;
- IX. Projeto com financiamento por agência de fomento: 0,75 ponto;
- X. Produção Técnica: 0,25 ponto;
- XI. Orientação Pós Doc: 0,75 ponto;
- XII. Orientação de Doutorado: 0,50 ponto;
- XIII. Orientação de Mestrado: 0,25 ponto;
- XIV. Patente: 1,0 ponto;
- XV. Artigo em Anais de Eventos: 0,50 ponto.

6.4.2.5 Para que o solicitante seja credenciado no programa, também serão analisados criteriosamente os seguintes itens:

- I. Número de alunos por ele titulados no período;
- II. Tempo médio de titulação de seus alunos;
- III. Número de alunos egressos no período sem titulação (evasão);
- IV. Existência de produção científica derivada das dissertações ou teses por ele orientadas;
- V. Oferecimento de disciplinas de pós-graduação;
- VI. Participação nas atividades organizadas pelo programa.

6.4.2.6 Os orientadores externos ao IPT deverão ter, preferencialmente, credenciamento específico. Para o credenciamento e credenciamento desses orientadores, a proposta deverá ser justificada e aprovada pela CPG.

6.4.3 Ao aluno regular é facultada a mudança de Orientador, em função de seus interesses em pesquisa e em área de especialidade, mediante novo requerimento e a concordância do Coordenador, do Orientador Atual e do novo Orientador.

6.4.4 Compete à Secretaria Acadêmica manter atualizada a lista dos Orientadores credenciados e dos respectivos alunos orientados.

6.4.5 É aceita a figura do Coorientador, por indicação do Orientador.

6.4.5.1 O Coorientador contribui com tópicos específicos, complementando a orientação do aluno.

6.4.5.2 O Coorientador deverá ser portador, no mínimo, do título de mestre.

6.4.5.3 Poderá ser indicado um único Coorientador por aluno.

6.4.5.4 O credenciamento do Coorientador será específico para um aluno, não implicando credenciamento pleno junto ao Programa de Pós-Graduação.

6.4.5.5 A indicação do Coorientador deverá ser encaminhado à CPG pelo orientador, com anuência do coordenador do Programa de Pós-Graduação.

6.4.5.6 A solicitação para a Coorientação deve caracterizar a real contribuição ao projeto de pesquisa do discente.

6.4.6 É vedado que parentes até terceiro grau sejam orientadores e Coorientadores de aluno.

CAPÍTULO VII - Do Corpo Docente

7.1 O corpo docente é constituído por docentes permanentes e colaboradores, que desenvolvam atividades de ensino, se dediquem à pesquisa, e às atividades de produção de novos conhecimentos.

7.2 O docente permanente é aquele que atua no Programa Pós-Graduação em todas as atividades, isto é, orientando, ministrando disciplinas e contribuindo com sua produção acadêmico-científica.

7.3 O docente colaborador é aquele que atua no Programa em atividade específica.

7.4 Ao docente compete:

- I. Elaborar a grade de horário para a programação das aulas;
- II. Coordenar e acompanhar o andamento pedagógico das atividades da disciplina;
- III. Ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com o horário pré-estabelecido;
- IV. Elaborar e atualizar a ementa da disciplina;
- V. Manter o Currículo Lattes atualizado;
- VI. Ter produção científica, artística e/ou tecnológica relevante.

7.5 O credenciamento de docentes de cada Programa será válido pelo prazo mínimo de três anos e máximo de cinco anos, podendo ser renovado.

§ 1º - no pedido de credenciamento, o postulante deverá apresentar projeto de pesquisa a ser desenvolvido no âmbito do Programa;

§ 2º - Será considerado credenciamento a solicitação de credenciamento do docente encaminhada à CPG em período não superior a dois anos contados a partir da data de vencimento do último credenciamento.

§ 3º - O docente que não tiver seu credenciamento aprovado poderá concluir as orientações em andamento.

§ 4º - O credenciamento poderá ser específico para um determinado aluno.

7.5.1 As normas de credenciamento e credenciamento de docentes devem contemplar objetivamente os seguintes critérios mínimos:

- I. Excelência de sua produção científica, artística e/ou tecnológica, aferida por meio de pontuação mínima de pontos;
- II. Coordenação e/ou participação do docente em projetos de pesquisa financiados, se pertinente.

7.5.2 A pontuação mínima exigida para credenciamento e credenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação é de 2,0 pontos nos 36 meses anteriores a solicitação, conforme lista de itens pontuáveis:

- I. Artigo em Revista Qualis A1: 1,50 ponto;
- II. Artigo em Revista Qualis A2: 1,25 ponto;
- III. Artigo em Revista Qualis B1: 1,00 ponto;
- IV. Artigo em Revista Qualis B2: 0,75 ponto;
- V. Artigo em Revista Qualis B3: 0,50 ponto;
- VI. Artigo em Revista Qualis B4: 0,25 ponto;
- VII. Livro: 0,75 ponto;
- VIII. Capítulo de Livro: 0,50 ponto;
- IX. Projeto com financiamento por agência de fomento: 0,75 ponto;
- X. Produção Técnica: 0,25 ponto;
- XI. Orientação Pós Doc: 0,75 ponto;
- XII. Orientação de Doutorado: 0,50 ponto;
- XIII. Orientação de Mestrado: 0,25 ponto;

- XIV. Patente: 1,0 ponto;
- XV. Artigo em Anais de Eventos: 0,50 ponto.

..

7.5.3 Para que o solicitante seja recredenciado no programa, também serão analisados criteriosamente os seguintes itens:

- I. Número de alunos por ele titulados no período;
- II. Tempo médio de titulação de seus alunos;
- III. Número de alunos egressos no período sem titulação (evasão);
- IV. Existência de produção científica derivada das dissertações ou teses por ele orientadas;
- V. Oferecimento de disciplinas de pós-graduação;
- VI. Participação nas atividades organizadas pelo programa.

7.5.4 Os docentes externos ao IPT deverão ter, preferencialmente, credenciamento específico. Para o credenciamento e recredenciamento desses docentes, a proposta deverá ser justificada e aprovada pela CPG.

CAPÍTULO VIII - Das Disciplinas

8.1 O aproveitamento em cada disciplina do Programa de Pós-graduação será avaliado por meio de provas, exames, seminários, trabalhos, relatórios ou projetos com participação do aluno.

8.2 O aproveitamento é expresso pelos seguintes conceitos:

- A – Excelente, com direito a créditos;
- B – Bom, com direito a créditos;
- C – Regular, com direito a créditos;
- D – Reprovado, sem direito a crédito;
- I – Incompleto: atribuído quando o aluno deixou de completar, por motivo justificado, uma pequena parcela do total de trabalhos ou provas exigidos; é um conceito provisório e será transformado, automaticamente, em nível D, caso os trabalhos ou provas não sejam completados dentro do prazo fixado pelo professor da disciplina, que não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.

8.2.1 Deverá ser observada a frequência mínima de 75% em cada disciplina.

8.2.2 A entrega dos conceitos atribuídos aos alunos matriculados nas disciplinas deve ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do encerramento da disciplina.

8.2.3 Eventuais correções autorizadas pelo docente poderão ser feitas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de divulgação dos conceitos.

11/17

8.2.4 Depois de decorrido o prazo do item 8.2.3 deste Regimento, as alterações de frequência e/ou de conceito só poderão ser realizadas mediante autorização do Coordenador.

8.3 Será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver conceito final A, B ou C.

8.4 Em substituição a disciplinas de Pós-graduação, e a critério do Coordenador do Programa, poderão ser aceitos créditos, com equivalência em carga horária e conteúdo, provenientes de disciplinas cursadas em Programas de Pós- Graduação *Stricto Sensu* reconhecidos pela CAPES, desde que obtidas em até 3 (três) anos e até o limite de 1/3 (um terço) do número mínimo de créditos em disciplina do Programa. Tal aceitação deverá ser referendada pela CPG.

8.4.1 À disciplina aceita será atribuído o número de créditos da disciplina, de acordo com as regras adotadas pelo IPT, ou seja, 01 crédito para cada 10 horas/aulas.

8.5 O aluno que obtiver conceito D em qualquer disciplina poderá repeti-la uma vez. Nesse caso, como resultado final, será atribuído o conceito obtido posteriormente.

8.6 Cada unidade de crédito corresponde a 10 (dez) horas/aulas em atividades programadas na disciplina.

8.7 O aluno poderá solicitar o cancelamento de disciplina até a terceira aula, inclusive, mediante preenchimento de requerimento na Secretaria Acadêmica.

8.7.1 O aluno não terá a referida disciplina incluída em seu histórico escolar.

8.8 Quando houver convênio de cooperação acadêmica e científica firmado entre o IPT e outra instituição do país ou do exterior, o limite fixado no item 8.4 deste Regimento poderá ser alterado por solicitação do aluno com aprovação da CPG.

CAPÍTULO IX - Do Exame de Qualificação

9.1 O exame de qualificação tem por objetivo maior avaliar a maturidade do aluno na sua área de investigação.

9.1.1 Após completar no mínimo 80% (oitenta por cento) dos créditos em disciplinas, o aluno poderá submeter-se ao Exame de Qualificação.

9.2 O aluno deverá depositar, na Secretaria Acadêmica, o texto para o Exame de Qualificação pelo menos 4 (quatro) meses antes do prazo final previsto em 11.2.

9.2.1 Este texto deverá conter, no mínimo, os seguintes itens: Introdução, Revisão da Literatura, Metodologia da Pesquisa, Referências, Plano de trabalho, e Cronograma.

12/17

9.3 O prazo máximo para a realização do Exame de Qualificação é de 60 (sessenta) dias após a entrega do respectivo texto na Secretaria Acadêmica.

9.4 A composição da Banca Examinadora de Qualificação, indicada pelo Orientador, deverá ser aprovada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação e referendada pela CPG.

9.5 A Banca Examinadora de Qualificação será composta por três membros titulares e um suplente, sendo, no mínimo, um deles docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, e será presidida pelo Orientador.

9.5.1 No Exame de Qualificação, cada examinador expressará o seu julgamento com os conceitos “Aprovado” ou “Reprovado”.

9.5.2 Será considerado Aprovado no Exame de Qualificação o aluno que obtiver conceito “Aprovado” da maioria dos membros da Banca Examinadora.

9.6 É vedado que parentes de até terceiro grau participem como membros titulares e/ou suplentes da Banca Examinadora de Qualificação.

9.7 O aluno que for reprovado no Exame de Qualificação poderá repeti-lo apenas uma vez, sendo que o novo exame deverá ser realizado no prazo máximo de 2 (dois) meses após o primeiro.

CAPÍTULO X – Da Dissertação

10.1 A Dissertação tem como objetivo comprovar que o aluno possui domínio do objeto de estudo e que sabe se exprimir lucidamente sobre ele.

10.1.1 A Dissertação constitui-se em um trabalho de investigação e pesquisa, podendo tomar a forma de projeto, desenvolvimento e análise de processo, estudo de caso, desenvolvimento de instrumento, equipamento, *software* e protótipo. Recomenda-se que o trabalho trate de tema relevante à atividade profissional do aluno e aborde, também, os aspectos práticos do objeto de estudo.

10.1.2 A elaboração da Dissertação deve ser de responsabilidade e autoria exclusiva do aluno. Não são toleradas cópias, terceirizações ou plágios de Dissertação.

10.1.3 A identificação ou comprovação de práticas de terceirização ou subcontratação, cópias e plágios de trabalhos já publicados, é motivo para a perda do respectivo grau acadêmico, a qualquer tempo, sendo cabível a abertura de Processo Judicial por violação de Direitos Autorais.

10.2 O aluno só poderá depositar, na Secretaria Acadêmica, a versão provisória da Dissertação para Defesa após ter completado os créditos em disciplinas, ter sido aprovado no exame de proficiência em língua estrangeira e ter sido aprovado no Exame de Qualificação.

13/17

10.2.1 Somente após concordância formal do Orientador é que o aluno deverá entregar cinco exemplares, em versão provisória, da Dissertação para que sejam encaminhadas para a banca de Defesa.

10.2.2 As normas para a formatação e a editoração da Dissertação encontram-se disponíveis na Secretaria Acadêmica e no sítio do mestrado.

10.2.3 – A data da defesa não poderá ocorrer em prazo superior a 2 (dois) meses após o depósito da versão preliminar da Dissertação.

10.2.4 Apresentar, junto com a versão final da Dissertação para defesa, artigo com comprovante de submissão em publicação nacional ou internacional qualificada, reconhecido pelo Qualis da área do Programa ou considerada relevante, a critério da CPG, para o público alvo do Programa.

10.3 A Dissertação será avaliada por uma Banca Examinadora indicada pelo Orientador, aprovada pelo Coordenador do Programa, e referendada pela CPG.

10.4 A Banca Examinadora deverá ser composta por, no mínimo, três membros titulares, sendo pelo menos um docente do Programa Pós-Graduação e um membro externo. Adicionalmente, deverá ser indicado um suplente externo.

10.4.1 Os membros da Banca Examinadora deverão ser portadores, no mínimo, do título de Doutor.

10.4.2 O Orientador é membro nato da Banca Examinadora e seu Presidente.

10.4.3 Cada examinador expressará o seu julgamento com os conceitos de “Aprovado” ou “Reprovado”.

10.4.4 Será considerado aprovado o aluno que obtiver, da maioria dos membros da Banca Examinadora, o conceito de “Aprovado”.

10.4.5 A Banca Examinadora poderá exigir mudanças formais e correções no texto da Dissertação, que o aluno deverá incluir na versão definitiva.

10.4.6 É vedada a participação do Coorientador na Banca Examinadora.

10.4.7 A critério da Comissão de Pós-graduação – CPG, membros da Banca Examinadora poderão participar por meio de videoconferência, exigindo-se pelo menos um membro da banca no IPT.

10.8 - O prazo para a entrega da versão definitiva da Dissertação é de 60 (sessenta) dias após a data da defesa.

10.5 A defesa e o julgamento da Dissertação serão realizados em sessão pública.

14/17

10.6 O presidente da Banca Examinadora lavrará a ata da sessão, assinada por todos os membros que participaram do ato, indicando o julgamento de cada examinador e o resultado final. A ata estará sob a guarda da Secretaria Acadêmica.

10.7 A Dissertação será aceita como concluída após atendidas as correções solicitadas pela Banca Examinadora. Cabe ao orientador verificar e atestar que todas as alterações e correções solicitadas foram adequadamente efetuadas.

10.7.1 O aluno deverá entregar na Secretaria Acadêmica, a Dissertação aprovada pelo orientador, em sua versão definitiva, sendo um exemplar impresso, uma cópia em CD ou DVD, contendo todo o trabalho em 01 (um) arquivo em formato PDF, sem qualquer tipo de proteção, o formulário “Autorização para publicação eletrônica da dissertação na biblioteca digital da CET”, que deverá estar devidamente preenchido e assinado pelo autor e Formulário de Egresso. Esta entrega dará direito à outorga do diploma de Mestre.

10.8 O prazo para a entrega da versão definitiva da Dissertação é de 60 (sessenta) dias após a data da defesa.

CAPÍTULO XI – Dos requisitos para titulação

11.1 Para a obtenção do Título de Mestre, o aluno deverá comprovar a submissão de um artigo para publicação, conforme 10.2.4, e completar, no mínimo, 48 unidades de crédito, sendo:

- a) No mínimo 36 (trinta e seis) créditos em disciplinas;
- b) 06 (seis) créditos pela aprovação no Exame de Qualificação;
- c) 06 (seis) créditos pela aprovação na Defesa da Dissertação;
- d) Ter sido aprovado no exame de proficiência em língua estrangeira.

11.1.1 É permitido a um Programa de Pós-Graduação estabelecer limite de créditos em disciplinas superior ao estabelecido no item 11.1.

11.2 O aluno deverá cumprir todos os requisitos exigidos para a obtenção do Título de Mestre em prazo mínimo de 16 (dezesesseis) meses e prazo máximo de 30 (trinta) meses.

11.2.1 A contagem de tempo começa com o início de atividade como aluno regular e termina com a entrega da versão provisória da Dissertação na Secretaria Acadêmica.

CAPÍTULO XII - Do Trancamento e Cancelamento

12.1 O trancamento do Programa de Pós-graduação consiste na interrupção temporária das atividades acadêmicas do aluno, por prazo definido, e com a correspondente suspensão do pagamento das mensalidades pelo mesmo prazo.

15/17

12.2 Mediante requerimento, o aluno poderá solicitar, com anuência do seu Orientador e aprovação do Coordenador do Programa de Pós-graduação, o trancamento do Programa. O pedido de trancamento conterá os motivos e o prazo pretendido. A soma dos períodos de trancamento não poderá ultrapassar um total de 4 (quatro) meses.

12.3 O período de trancamento do Programa de Pós-graduação não será computado nos prazos estipulados no item 11.2.

12.4 O cancelamento da matrícula poderá ser solicitado a qualquer tempo, valendo as regras a seguir para devolução da primeira mensalidade:

- a) No caso da solicitação ter sido protocolada na Secretaria Acadêmica da CET/IPT até 7 (sete) dias corridos antes do início das aulas, o requerente terá direito à devolução integral do valor da primeira mensalidade;
- b) Solicitações feitas após o período explicitado na letra (a) deste artigo e até o primeiro dia letivo darão ao requerente direito à devolução de 50% do valor da primeira mensalidade.

12.4.1 Pedido de cancelamento do curso, protocolada na Secretaria Acadêmica da CET/IPT até o dia 5 (cinco) de cada mês, dará ao requerente suspensão do pagamento de mensalidades futuras, a partir do mês em curso. Caso o pedido seja feito após o dia 5 (cinco), será cobrada a mensalidade do mês. O pedido de cancelamento do curso não isenta o requerente de pagamento de débitos anteriores à data do pedido.

12.5 O cancelamento do Programa de Pós-graduação, por solicitação do aluno, é a cessação definitiva de suas atividades acadêmicas. Caso o aluno queira, no futuro, retornar ao Programa, deverá cumprir todos os requisitos especificados no Regimento da Pós-graduação vigente na época do retorno.

CAPÍTULO XIII – Da Prorrogação de Prazo

13.1 A prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos do Programa de Pós-graduação será concedida pela CPG, sendo destinada à adoção, pelo aluno, das providências para finalização da Dissertação.

13.2 A prorrogação de prazo será de, no máximo, 4 (quatro) meses e só poderá ser concedida a aluno que já tenha obtido aprovação no Exame de Qualificação.

13.3 Para obter a prorrogação de prazo, o aluno deverá encaminhar à Secretaria Acadêmica uma carta, com a aprovação do Orientador, contendo os fundamentos do pedido e sua comprovação, bem como a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno no período e versão preliminar da dissertação.

16/17

13.4 Pedidos de prorrogação que não se enquadrem nas condições acima serão examinados pela CPG, caso a caso, após análise das justificativas e da documentação comprobatória. A CPG poderá se assim o desejar, nomear comissão para assessorá-la.

CAPÍTULO XIV – Do Desligamento

14.1 O aluno regular será automaticamente desligado do Programa de Pós-graduação nas seguintes situações:

- a) Se tiver conceito D, pela segunda vez, em disciplina obrigatória;
- b) Se for reprovado pela segunda vez no Exame de Qualificação;
- c) Se não integralizar os créditos exigidos pelo Programa nos prazos regimentais;
- d) Se for reprovado na Defesa da Dissertação;
- e) Por inadimplência das obrigações financeiras contratuais, nos termos da lei;
- f) Se for comprovada a prática de cópias, terceirizações ou plágios, conforme 10.1.2 e 10.1.3.

CAPÍTULO XV – Da Documentação Fornecida pelo IPT

15.1 Histórico Escolar;

15.1.1 O IPT fornecerá Histórico Escolar Parcial e/ou Definitivo, assinado pelo Coordenador da CET.

15.2 Certificado de Conclusão

15.2.1 Depois de cumpridas as formalidades legais, conforme itens 10.7.1 e 11.1, o IPT expedirá o certificado de conclusão correspondente ao curso concluído pelo aluno, assinado pelo Coordenador da CET.

15.3 Diploma

15.3.1 Depois de cumpridas as formalidades legais, conforme itens 10.7.1 e 11.1, o IPT expedirá o diploma correspondente ao curso concluído pelo aluno, assinado pelo Diretor Presidente do IPT e pelo Coordenador da CET.

15.3.2 Em caso de vacância do Diretor Presidente, e, até que seja eleito um novo sucessor, o Diretor Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo diretor de idade mais elevada.

CAPÍTULO XVI – Dos Programas Interinstitucionais

16.1 O IPT pode promover cursos de Pós-graduação em associação com outras instituições.

16.2 São objetivos do Programa de Pós-graduação Interinstitucional:

- I. Viabilizar o acesso aos cursos de Pós-graduação do IPT, a docentes e pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa;
- II. Contribuir para a implantação, nas instituições apoiadas, de uma infraestrutura básica para a formação de pesquisadores capazes de criar, implementar e desenvolver novos centros de pesquisa e ensino de Pós-graduação;
- III. Intensificar o intercâmbio e estimular formas de associação entre instituições;
- IV. Possibilitar aos alunos, durante o desenvolvimento do curso, ambiente científico e acadêmico do mais alto nível e propício ao estudo e discussão de ideias, durante o oferecimento das disciplinas e do estágio para o desenvolvimento da pesquisa;
- V. Estabelecer vínculos acadêmicos mais duradouros entre as instituições participantes, mesmo após o encerramento do curso.

16.3 Os Programas de Pós-graduação Interinstitucionais são aprovados mediante convênios.

16.3.1 O convênio deve ser aprovado pela CPG e Diretoria Executiva do IPT.

16.3.2 O convênio será por tempo determinado, obedecendo ao limite máximo de 36 (trinta e seis) meses.

CAPÍTULO XVII – Dos Programas Internacionais

17.1 O IPT pode promover Programas de Pós-graduação Internacionais, em associação com Instituições de Ensino Superior e com Institutos de Pesquisa estrangeiros.

17.2 São objetivos dos Programas de Pós-graduação Internacionais conjuntos o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades bilaterais de cooperação internacional.

17.3 A colaboração dar-se-á pela existência de alunos, docentes e orientadores credenciados nas Instituições envolvidas e pela necessária realização de atividades didáticas e de pesquisa nos países envolvidos.

17.4 O Programa de Pós-graduação Internacional é regido por regulamento próprio previsto em convênio entre o IPT e a Instituição estrangeira, com detalhamento das atividades de formação e pesquisa, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.